



ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM

ATA DA SESSÃO SOLENE DE ABERTURA DOS
TRABALHOS ORDINÁRIOS DO 1º PERÍODO DA 2ª SESSÃO
LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA E LEITURA DA
MENSAGEM DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR EDMILSON
BRITO RODRIGUES - PREFEITO MUNICIPAL DE BELÉM.

No primeiro dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois, às nove horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém - CMB para esta sessão solene. Inicialmente o vereador Bieco, presidindo a sessão, convidou a compor a Mesa o senhor Edmilson Brito Rodrigues, prefeito de Belém, o senhor Edilson Moura, vice-prefeito de Belém, a vereadora Enfermeira Nazaré Lima, primeira-secretária da CMB, o vereador Amaury da APPD, segundo-secretário da CMB, e o vereador Augusto Santos, segundo vice-presidente da CMB. Em seguida, o presidente convidou todos a escutar o Hino Nacional do Brasil, executado pela Banda de Música da Guarda Municipal de Belém. Finda esta apresentação, o presidente convidou a também compor a Mesa o vereador Gleisson Silva, terceiro-secretário da CMB. Em seguida, o presidente anunciou os nomes dos vereadores presentes à sessão: Fabrício Gama, Matheus Cavalcante, Josias Higino, Pastora Salete, Émerson Sampaio, Túlio Neves, Roni Gás, John Wayne, Juá Belém, Augusto Santos, Goleiro Vinícius, Fernando Carneiro, Lívia Duarte, Enfermeira Nazaré Lima, Bieco, Pablo Farah, Fábio Souza, Gleisson Silva, Mauro Freitas, Moa Moraes, Bia Caminha, Amaury da APPD, Altair Brandão, Allan Pombo, José Dinelly, Dona Neves, Lulu das Comunidades, Igor Andrade e Zeca do Barreiro. Posteriormente, o presidente convidou o secretário Cláudio Alberto Castelo Branco Puty, titular da Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão – Segep, a também compor a Mesa, representando o secretariado municipal de Belém. A seguir, o presidente declarou aberta a sessão. Subiu então à tribuna o prefeito Edmilson Rodrigues e acentuou o simbolismo desta sessão solene - prevista na legislação em nível nacional, estadual e municipal - marcando a cada ano um momento importante da história política e administrativa de nossa cidade. As mensagens dos prefeitos aos legislativos municipais constituem fontes primárias para os pesquisadores e estudiosos das políticas em áreas como urbanismo, saúde e educação, apontou. Parabenizou o vereador Bieco por presidir a sessão, solidarizando-se ao vereador Zeca Pirão, presidente da CMB, que se submetera a um procedimento médico e estava em plena recuperação, mas não pudera estar presente. Belém possuía problemas estruturais que se agravaram ao longo das décadas, reconheceu. O fato de a cidade ter sido construída sobre as águas criava um paradoxo, pois ao mesmo tempo em que a água é sinônimo de vida, representando democracia para Belém, por vezes as águas apresentavam-se como uma ditadura, discorreu. Mencionou as inundações e deslizamentos que provocavam calamidades e tragédias em várias cidades do país, provocadas pelo excesso de chuvas, inclusive em Manaus, questionando se as águas em Belém eram sinônimo de democracia ou oprimiam o povo. As chuvas em nossa cidade ocorriam o ano todo e geravam preocupação durante o chamado "inverno amazônico", mas também amenizavam nosso clima equatorial quente e úmido, pontuou. A capital paraense possuía um sistema de esgotos historicamente deficitário e suprir essa deficiência, competência do município, exigiria grandes investimentos, atentou. Desde 1972, entretanto, as companhias estaduais de saneamento tornaram-se concessionárias dos sistemas de água e esgoto, o que foi feito por decreto, sem que os municípios fossem consultados. As águas em Belém cumprem a função de limpar, purificar a cidade, apesar da dor e do sofrimento provocado pelos alagamentos, ajuizou. As pesquisas de opinião mostravam que a maioria da população em São Paulo ou Minas Gerais gostaria de deixar o país, mas que 90% da população belenense não cogita deixar a cidade, apesar dos problemas que enfrenta, divulgou. São pessoas que reclamam, protestam, procuram os vereadores e o governo, atuam nos mecanismos de participação popular como o Tá Selado porque amam a cidade e querem vê-la bem cuidada, complementou. O ano anterior fora muito difícil porque Belém enfrentou a segunda onda de covid-19 sem dispor do "orçamento de guerra", aprovado quando ainda era

deputado federal e que favoreceu as prefeituras e os governos estaduais, expôs. Desse modo, continuou, o governador Hélder Barbalho e o ex-prefeito Zenaldo Coutinho tiveram recursos extraordinários para viabilizar o salvamento de pessoas, evitar mortes, investir em leitos e tentar reverter os estragos da pandemia. A covid-19 atingiu a todos, mas vitimou principalmente os mais pobres, que não possuíam condições dignas de vida, referiu. A CMB aprovava, no ano anterior, um orçamento de 463 milhões de reais para investimentos em saúde, mas, além desse montante, foram gastos mais 107 milhões de reais no enfrentamento à pandemia, relatou. Pediu aos ouvintes que imaginassem quantas casas seriam construídas, quantos prédios seriam reformados, incluindo escolas e unidades de saúde, e o quanto se poderia investir na limpeza urbana e na valorização do servidor público com esses recursos. A gestão anterior não deu prioridade a algumas áreas importantes e promoveu certo desmonte de setores da máquina pública, gerando algumas dificuldades, que foram ampliadas pela pandemia, afirmou. A Prefeitura Municipal de Belém - PMB precisava da CMB para superar alguns problemas, tais como a recuperação de bens públicos municipais – citando entre eles o Palácio Antônio Lemos, o Palacete Pinho, o Mercado de São Brás, a rede escolar e a rede de saúde - para evitar que se transformassem em ruínas, advertiu. Informou ter sido autorizada a recuperação de 83 escolas, sendo algumas reformadas e estando 76 em processo de reforma. Na saúde não era diferente, sustentou, informando que em Mosqueiro todas as unidades de saúde estavam sendo reformadas, precisavam de reforma várias unidades em Belém e foram entregues reformadas as unidades de saúde do Combú e de Cotijuba. Tais unidades, retomou, devem funcionar diuturnamente e para isso precisam de geradores elétricos e outros equipamentos permitindo a conservação de vacinas e de outros produtos, além de pessoal capacitado. Há um investimento enorme, incluindo também o gasto com novos servidores (médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, maqueiros e outros) contratados através de um Processo Seletivo Simplificado – PSS para enfrentar a covid-19, aditou. Atualmente havia 70 locais em que eram realizados os testes e a vacinação contra a covid-19, sendo 56 deles unidades próprias da PMB e o restante resultado de convênios, envolvendo o trabalho de mais de mil pessoas, indicou, não havendo casos de desvio de vacina ou má aplicação do imunizante. Reportou haver mais de trinta milhões de brasileiros passando fome atualmente, segundo os dados oficiais, e os vereadores sabiam disso porque geralmente atuavam em comunidades pobres. O Brasil tem 5571 municípios e somente Maricá, no Rio de Janeiro, e Belém criaram programas de renda básica, sendo que alguns municípios criaram auxílios emergenciais por alguns meses durante a pandemia, notificou. O programa Bora Belém contemplou em torno de 14 mil famílias, representando cerca de 60 mil pessoas que deixaram de passar fome, mas isso somente foi possível devido à aprovação rápida do projeto por esta Casa no início do ano anterior. O programa Bora Belém é uma conquista do povo, relevou, porque a miséria dói naqueles que passam fome e deve doer também nas pessoas que têm seus filhos alimentados. Frisou ser igualmente uma conquista dos representantes do povo, agradecendo a todos os vereadores por sua aprovação unânime, pois mesmo aqueles que não o apoiaram na eleição sabiam da importância de um programa como esse. Agradeceu também ao governador Hélder Barbalho a parceria no Bora Belém, arcando com a metade dos custos. O programa foi criado através de lei, aprovada neste parlamento, e não por decreto para evitar problemas com o Tribunal de Contas e o Ministério Público, aclarou. Em situações emergenciais, como ocorreu em Outeiro com a interdição da ponte, poderia ser criado um auxílio emergencial por decreto, aventou. Entretanto, em evento na semana anterior, fez questão de agradecer à CMB a vontade dos vereadores em aprovar a lei criando o auxílio para a população de Caratateua mais afetada pelo acidente. O projeto já estava nesta Casa, inteirou, dizendo ter certeza de que brevemente a lei seria aprovada e os barraqueiros receberiam um auxílio de 500 reais, os empregados das barracas, artesãos e ambulantes receberiam 300 reais. Inicialmente já foi gasta pela PMB em Outeiro a quantia de cinco milhões de reais, para ajudar a minimizar o sofrimento da população, participou, expressando o compromisso com os mais pobres. Esse dinheiro, enunciou, poderia ser usado para construir um ícone em São Brás, visto por todos que ali passassem, e as pessoas poderiam então dizer que o prefeito estava trabalhando, mas haveria gente passando fome em Outeiro. O pobre contém-se, ponderou, nega-se a ser bandido, mas se sabe que em situações de miséria, quando impera a barbárie, os conflitos familiares e entre vizinhos crescem e, às vezes, a violência acaba se instalando. O crime organizado aproveita para infiltrar-se, corrompendo adolescentes e famílias famélicas, pois encontra um ambiente propício para o aliciamento, reputou, e a expectativa de vida daqueles que se envolvem com o tráfico de drogas é de apenas vinte e um anos. Presentemente, comemorou, Belém é uma das cidades mais bem imunizadas do Brasil, com quase 100% da população vacinada com as duas doses. Julgou ser essa uma vitória da ciência, apesar da campanha contrária à vacinação e contra

o uso de máscaras e da promoção de medicamentos ineficazes contra a covid-19. No último final de semana, comunicou, alcançou-se a marca de mais de cinquenta mil crianças vacinadas, esperando-se que logo todas estivessem imunizadas. Esses números faziam com que Belém estivesse em melhor situação do que cidades como Rio de Janeiro e Belo Horizonte, onde o impacto da covid-19 sobre o sistema de saúde era muito maior, constatou. Desse modo, a nova onda da pandemia não estava sendo tão violenta em nossa cidade como era em outros locais, declarou. Tal vitória somente foi possível com a colaboração da CMB e da Assembleia Legislativa do Estado do Pará – Alepa, que aprovou a prorrogação do estado de calamidade pública em Belém, anuiu. Recordou que a CMB aprovara a contratação de empréstimos para investimentos em nossa cidade e brevemente esse dinheiro seria liberado: 100 milhões de reais junto à Caixa Econômica Federal – CEF, 90 milhões de reais junto ao Banco do Brasil - BB e 60 milhões de dólares junto ao Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – Fonplata. Os recursos levantados junto ao Fonplata seriam utilizados na macrodrenagem da Bacia do Mata Fome, explicitou, sugerindo aos vereadores que se reunissem com o secretário Puty e com a secretária Ivanise Gasparim (titular da Secretaria Municipal de Saneamento – Sesan) para formar uma equipe de gerenciamento dessa obra. O Palácio Antônio Lemos, sede do Executivo Municipal, estava sendo recuperado, mas fora feito um contrato parcial prevendo um investimento de 2,6 milhões de reais e a obra tinha um custo estimado em 20 milhões de reais, de modo que seria necessário um ano e meio para sua restauração, estimou. O Mercado de São Brás fora legalmente terceirizado, mantendo-se como um bem público sob a tutela privada, e a gestão atual respeitou o contrato feito na gestão municipal anterior, expressou. Entretanto, desde agosto de 2020, quando fora concluído e homologado o processo, a empresa responsável não cumprira as obrigações assumidas relacionadas à reforma daquele logradouro, notificou. Esclareceu não se tratar de perseguição de política, mas, uma vez que o contrato não fora cumprido, a PMB retomaria o prédio e o reformaria, urbanizando também seu entorno, utilizando recursos públicos. Pediu à CMB que acompanhasse e debatesse a melhor solução para a restauração do edifício e sua utilização pela população. Quando fora prefeito anteriormente, recordou, havia o projeto de transformar o Palacete Pinho em uma escola técnica de música, pois ele conta com um auditório adequado a uma orquestra. Infelizmente, lamentou, depois de concluída sua restauração, o prédio foi abandonado pelas gestões municipais subsequentes. Seria necessário então investir cerca de três milhões de reais em sua recuperação, para entregá-lo ao povo, apontou. A ideia, revelou, é transformá-lo em uma Casa das Artes, um espaço da cidadania utilizado para todas as formas de manifestação artística e para o uso, inclusive, dos vereadores que queiram levar para lá projetos de inclusão social envolvendo arte. Solicitou depois o apoio da CMB para o desenvolvimento de um projeto na área educacional visando eliminar o analfabetismo em Belém. Há em torno de 33 mil analfabetos em nossa cidade, assinalou, e devido à pandemia não foi possível iniciar o processo de alfabetização, mas a Secretaria Municipal de Educação – Semec iniciou a formação de alfabetizadores. Previu que neste ano seriam alfabetizadas 11 mil pessoas e que, até o final do mandato, Belém teria o direito de receber da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco o diploma de Território Livre do Analfabetismo, confessando ser a realização de seu sonho como professor. Outros desafios da educação municipal incluem a informatização das escolas, a garantia de sinais seguros de comunicação, o acesso à *internet*, enumerou. Neste caso, acrescentou, há um convênio da Semec com Companhia de Tecnologia de Informação de Belém – Cinbesa, inicialmente no valor de mais de sete milhões de reais, permitindo que brevemente setenta escolas municipais disponham de cabeamento, fibra ótica e assim a comunidade escolar tenha acesso à *internet* de forma segura. A implantação de escolas de tempo integral é um desafio, admitiu. Assegurou que logo seriam feitos investimentos para aumentar o número de vagas em creches. Aludiu às manchetes recentes dos jornais divulgando dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep mostrando que mais de 600 mil crianças no Brasil abandonaram as escolas devido à pandemia. Em Belém não foi diferente, acedeu, pois muitas crianças deixaram de ir às aulas, não tinham computador, não dispunham de acesso à *internet* e a evasão escolar aconteceu. A Semec fizera uma busca nas comunidades, visando motivar as crianças a voltar à escola, mas, infelizmente, não foi possível iniciar o ano letivo de forma presencial por uma questão de responsabilidade, arrazoou. Quando as crianças estivessem vacinadas, as aulas presenciais seriam retomadas plenamente, mas não antes, pois não se colocaria em risco a vida dos infantes, estabeleceu. Disse que as escolas de tempo integral não funcionariam como um martírio para as crianças. Explicou que, pela manhã, seriam ministradas as aulas das várias ciências, de matemática e língua portuguesa e, à tarde, seriam dadas as aulas de reforço necessárias, havendo também a presença de mestres de saberes e fazeres – artesãos, músicos e outros. Na área da saúde, lembrou ter alcançado até

2004, em sua gestão anterior, 44% do Programa Família Saudável, havendo nas gestões subsequentes uma queda para 22%. Contou depois ter obtido, com o apoio do deputado federal Cássio Andrade, uma audiência com o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, e solicitado dele ajuda para expansão da Estratégia Saúde da Família. Conseguiu então a disponibilização de quinze equipes do Programa Família Saudável e mais doze equipes odontológicas para Belém. Externou que a meta é alcançar, até o final do governo, 75% da população atendida. Considerando que 25% da população têm plano de saúde, embora também precisem do Sistema Único de Saúde – SUS, isso significaria que a totalidade dos municípios teria acesso à saúde, o que seria uma grande vitória, atestou, pois foi comprovado que, havendo acesso ao sistema de saúde através da Atenção Básica, até 80% dos procedimentos mais complexos são evitados. Outro desafio da gestão municipal é viabilizar a construção do Hospital Materno-Infantil porque a mortalidade de mães e crianças ainda é alta e Belém recebe pessoas de todo o estado, sem distinção, expressou. Objetiva-se evitar mortes de recém-nascidos e mães por falta de acompanhamento da gravidez, explicitou, pois são reduzidas as chances de uma gravidez dar errado quando a mulher faz pelo menos três consultas de Pré- Natal e uma ultrassonografia. Um terceiro desafio da saúde, adicionou, é retomar o programa Farmácia Nativa, lembrando que havia anteriormente seis medicamentos receitados pelos médicos advindos da produção farmacêutica local. Havia um convênio encetado com a Universidade Federal do Pará – UFPA, onde existiam quatro laboratórios de altíssimo nível e vários professores doutores, com a participação do Núcleo de Meio Ambiente – Numa daquela instituição acadêmica. Brevemente, anunciou, haveria um laboratório municipal para produção de remédios baseados nas ervas amazônicas. O Programa Bora Belém seria mantido por tempo ainda indefinido, assumiu, pois se desejava a erradicação da fome, mas ainda havia muita pobreza em nossa cidade. Haveria um aumento de 50 reais em cada faixa do auxílio, noticiou, e esse aumento seria bancado com recursos municipais, pois, embora o programa fosse custeado em parceria com o governo estadual, não podia decidir pelo estado e a PMB assumiria o aumento de custos também para evitar especulações em um ano eleitoral. A Prefeitura trabalhou muito realizando a limpeza e dragagem de 65 rios, igarapés e canais a um custo de 20 milhões de reais, reportou, mas já fora iniciada uma segunda fase de limpeza, pois o assoreamento é rápido em uma cidade onde chove todos os dias. As obras na Rua dos Mundurucus, na Avenida Alcindo Cacela e em outros pontos em que os alagamentos historicamente sempre ocorreram seriam realizadas e os problemas seriam resolvidos, garantiu. Anunciou depois que o Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova – Promaben fora salvo, contando ter ficado desgostoso com a devolução, em 2020, quando não era prefeito, de 51 milhões de dólares ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, financiador do projeto, restando 71 milhões de dólares. Entretanto, em 17 de abril de 2021, historiou, o parecer da responsável pelo acompanhamento do projeto, Cláudia Nery, recomendou ao BID a suspensão do financiamento porque a PMB, após 40 meses de um contrato com prazo de 60 meses, realizara apenas 3% da obra. Foi um momento difícil, confessou, explicando que o BID é uma instituição financeira, mas não é um banco comercial e todos os projetos por ele financiados devem envolver inclusão social, equilíbrio ecológico e participação social. Argumentou perante os representantes do banco que a PMB estava sob nova gestão, que valorizava essas diretrizes, apresentou um novo planejamento e mostrou que, em três meses e dezessete dias, realizaram quase 10% da obra, demonstrando que a atual gestão é capaz de finalizá-la. Recordou ter atuado como funcionário da Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém – Codem, ainda muito jovem, equilibrando-se sobre pontes de aço no Bairro do Barreiro, em um projeto de recuperação das baixadas de Belém, sendo à época ainda estudante de Arquitetura. Depois, como prefeito, fez a primeira etapa da macrodrenagem da Bacia do Tucunduba, com recursos do BID. Lula, então presidente da República, compareceu à inauguração dos mil e duzentos metros da primeira etapa, assumiu durante o evento o compromisso de enviar recursos para a continuidade da obra e o fez. A última etapa fora entregue recentemente, não mais pela PMB, e sim pelo governo estadual, mas infelizmente várias sub-bacias ficaram fora do projeto devido à desvalorização do dinheiro, lamentou. As áreas que não foram beneficiadas - como a região do Caraparu - devem receber obras complementares, indicou. Dentro dos recursos do Promaben havia recursos significativos para recuperar a Bacia do Una, obra que estava parada quando assumiu a PMB pela primeira vez. Conseguiu a reativação do empreendimento na época buscando os recursos junto ao BID ainda em 1997, relembrou, inaugurando-o em 2004. Fez questão de destacar que duzentas máquinas, destinadas à manutenção dos canais, foram perdidas por ficarem ao relento em um terreno na BR-316. As obras financiadas pelo BID com a sua participação como gestor da cidade avançaram, declarou, assegurando que o Promaben também avançaria. Reiterou que o Promaben visava realizar a

macro drenagem da Bacia da Estrada Nova, mas incluía recursos para salvar o investimento bilionário na macro drenagem do Una, que beneficiaria vinte bairros de Belém. Havia muito a ser feito e fariam todo o possível para que dali a três anos as pessoas julgassem que valera a pena, testificou. O levantamento feito pela equipe do G1, portal de notícias do Grupo Globo, mostrava que cumprira apenas 21% das promessas de campanha, informou. Agradeceu o trabalho do G1, pois ele mostrava que nos estados das regiões Norte e Nordeste sua gestão fora a que mais cumprira os compromissos de campanha, ficando em sexto lugar entre todas as gestões municipais do Brasil. O ideal é cumprir 100% das promessas, sublinhou, mas há promessas que não podem ser cumpridas em apenas um ano de governo, como a construção do Hospital da Mulher. O que foi prometido, se Deus quiser, com o apoio da CMB, será cumprido, asseverou. Pediu o apoio deste parlamento para transformar algumas fundações municipais em secretarias, dando a elas maior relevância. Citou como exemplo a Fundação Papa João XXIII – Funpapa, que desenvolvia um trabalho belíssimo e ganhara recentemente um prêmio internacional da Organização das Nações Unidas – ONU por proteger a população indígena que morava em Belém, inclusive os da etnia Warao. A Funpapa deve ganhar o *status* de Secretaria de Assistência Social e a Fundação Cultural do Município de Belém – Fumbel deve tornar-se Secretaria de Cultura, advogou. Além disso, completou, enviaria a este parlamento o projeto criando a Secretaria de Direitos Humanos, esperando sua aprovação. Expressou respeitar os vereadores desta Casa, embora não concordasse com todos, e estaria aberto ao diálogo caso surgissem dificuldades, buscando soluções. Agradeceu a postura democrática dos parlamentares, pois faziam a crítica, mas deixavam de lado as diferenças ideológicas quando o projeto enviado à CMB pelo Executivo Municipal tinha uma função social importante. Confidenciou ter ficado emocionado ouvindo a Banda da Guarda Municipal de Belém tocar o Hino Nacional Brasileiro anteriormente. Elogiou a perfeição e a harmonia da execução, comentando ser muito bom saber que seus componentes eram servidores públicos municipais. Findo este pronunciamento, o presidente Bieco fez o registro da presença do vereador Renan Normando, convidando-o a compor a Mesa. Fez também o registro das presenças da vereadora Blenda Quaresma, do vereador Miguel Rodrigues, de Aldenor Júnior (chefe de gabinete do prefeito Edmilson Rodrigues), de Jurandir Santos de Novaes (secretário municipal de Administração), de Karitas Lorena de Souza Rodrigues (secretária municipal de Finanças), de Márcia Mariana Bittencourt Brito (secretária municipal de Educação), de Ivanise Coelho Gasparim (secretária municipal de Saneamento), de Maurício Cezar Soares Bezerra (secretário municipal de Saúde), de Deivison Costa Alves (secretário municipal de Urbanismo), de Apolônio Parente Brasileiro (secretário municipal de Economia), de Rodrigo Ferreira de Moraes (secretário municipal de Habitação), de Sérgio Brazão e Silva (secretário municipal de Meio Ambiente), de Carla Carolina Quemel de Andrade (secretária municipal de Esporte, Juventude e Lazer), de Max Costa (secretário municipal de Cidadania e Direitos Humanos), de Joel Monteiro Ribeiro (inspetor geral da Guarda Municipal de Belém – GMB), de André Luiz Barbosa da Cunha (coordenador municipal de Turismo), de Márcia Wayna Kambaba (ouvidora-geral do município de Belém), de Ellana Fiana Souza da Silva (agente distrital de Icoaraci), de Maikenn Emanuel Santos de Souza (administrador regional de Outeiro), de Vanessa Eglá Rocha do Nascimento (agente distrital de Mosqueiro), de Edna Maria Sodrê D'Araújo (presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Belém - IPMB), de Francisco Antônio Guimarães de Almeida (presidente do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Município de Belém – IASB), de Alfredo Cardoso Costa (presidente da Funpapa), de Bruna da Silva Cavalcante (presidente da Fundação Municipal de Assistência ao Estudante – FMAE), de Michel Pinho da Silva (presidente da Fundação Cultural do Município de Belém – Fumbel), de Ana Valéria Ribeiro Borges (diretora-superintendente da Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de Belém – Semob), de Lélío Costa da Silva (presidente da Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém – Codem), de Bruno Trindade Batista (presidente da Companhia de Tecnologia da Informação de Belém – Cinbesa), de Allickson Sérgio Lopes de Souza (presidente da Fundação Centro de Referência em Educação Ambiental Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira – Funbosque), de Keyla de Nazaré Gusmão Negrão (coordenadora da Coordenadoria de Comunicação Social - Comus), de Georgina Tolosa Galvão (coordenadora-geral do Fundo Ver-o-Sol), de Christiane Ferreira da Silva (presidente da Comissão Municipal de Defesa Civil – Comdec), de Merilene Silva Costa (coordenadora da Coordenação das Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional – Copsan), de Lívia Noronha (coordenadora da Coordenadoria da Mulher de Belém – Combem), de Jane Patrícia Gama (coordenadora da Coordenadoria da Diversidade Sexual de Belém – CDS), de Elza Fátima Rodrigues Santos (coordenadora da Coordenadoria Antirracista de Belém) e de Inês de Fátima Silveira (chefe do Cerimonial), dando as boas-vindas a todos. Em seguida, subiu à tribuna o vereador Fabrício Gama e

saudou as autoridades presentes. A relação entre o parlamento municipal e a PMB tem se baseado no diálogo em busca da melhoria de qualidade de vida da população, ultrapassando as barreiras partidárias, considerou, e ambos atuavam consensualmente em prol dos menos favorecidos no município de Belém. A CMB, sem ser submissa ao Executivo Municipal, mas atuando em parceria, tem dado apoio à gestão em diversas áreas e projetos, com resultados positivos para a sociedade belenense, como ocorreu em relação ao Programa Bora Belém, exemplificou. Elogiou a habilidade e eficiência do chefe de gabinete Aldenor Júnior ao fazer a mediação entre a PMB e os membros desta Casa. Lamentou que, por questões burocráticas, os vereadores não pudessem discutir e votar ainda neste dia o projeto de lei da PMB concedendo um auxílio emergencial aos moradores do Distrito de Outeiro mais atingidos pela interdição da ponte Enéas Martins. Pronunciou-se posteriormente o vereador Gleisson Silva e saudou os vereadores e demais autoridades presentes. Como morador do Guamá, salientou a importância da macrodrenagem do Canal do Caraparu, pois os alagamentos dele originados atingiam a maior parte do bairro e traziam sofrimento à população havia anos. Parabenizou a disposição do Executivo Municipal em realizar obras que atendessem aos mais necessitados. Parabenizou também o governo estadual pelos investimentos e empreendimentos que estava realizando em todos os municípios do Pará, visando beneficiar sobretudo o povo mais carente, provendo asfaltamento de vias, disponibilidade de água potável e saneamento básico. Pôde presenciar isso ao viajar por mais de quarenta municípios em nosso estado, testemunhou. Manifestou-se a seguir o vereador Fernando Carneiro e ressaltou que pelo menos metade do secretariado municipal era composto por mulheres, demonstrando a postura da atual gestão de respeito às diferenças em nossa sociedade. Por outro lado, a PMB mostra uma orientação humanitária e social, avaliou, como demonstrava a preocupação imediata com a população de Outeiro, criando um programa para atender os trabalhadores mais atingidos com o isolamento do distrito, não se preocupando apenas com a recuperação da ponte Enéas Martins. Tal orientação podia ser notada em todas as ações e obras do Executivo Municipal, pois vinham envolvidas em aspectos sociais, pontuou. O recrudescimento da pandemia em Belém no ano anterior não fez aumentar o número de mortes devido ao alto índice de vacinação em nossa cidade, cogitou. Apesar de o ano anterior ter sido difícil, com grande limitação orçamentária, pôde ser observada uma diferença de tratamento, apesar de não se poder recuperar dezesseis anos de abandono em um curto período. Ocorreu uma alteração significativa na relação da PMB com o funcionalismo municipal, ponderou, havendo muito ainda a avançar, mas parcela significativa dos compromissos assumidos perante os servidores já fora efetivada, como a universalização do vale-alimentação, sobrelevou. O compromisso com a erradicação do analfabetismo em Belém não se dá por uma meta, mas visa trazer educação e cidadania às pessoas, cientificou. Externou que a atual gestão fazia um governo para todos, mas priorizava a população mais pobre, aqueles que foram invisibilizados ao longo dos quatro últimos governos municipais. A atitude atual dos vereadores perante a PMB é de respeito porque o prefeito tem demonstrado respeitar os vereadores, pois sabe que precisa do apoio desta Casa. Assumiu depois a palavra o vereador Josias Higino e saudou todos os presentes. Disse ser parte da Oposição ao governo municipal nesta Casa, mas atuava visando o melhor para Belém. Assim sendo, apoiou e apoiaria todas as iniciativas da PMB que beneficiassem a população de nossa cidade, afiançou. Por outro lado, se fosse necessário criticar, sempre o faria buscando uma solução. Desejou a todos um ano cheio de paz e alegria e que Deus continuasse a ser o Senhor do Brasil e abençoasse a nova gestão. Pronunciou-se em seguida o vereador Allan Pombo e repetiu que o ano anterior não fora nada fácil nem para Belém, nem para o mundo devido à pandemia. Não se tratava apenas de uma questão de saúde pública, pois afetava também a economia e a tranquilidade mental e emocional da população, acrescentou. Apesar de tudo, registrou, a PMB, com a ajuda do Legislativo Municipal, conseguira avançar nas pautas necessárias à transformação e reconstrução de nossa cidade. Destacou a mudança na relação institucional entre a PMB e este parlamento, que ora se tornara mais amistosa, colaborativa e produtiva, havendo a aprovação de importantes projetos para Belém. Deu destaque também à frutífera relação de parceria entre a gestão municipal e o governo estadual, que trazia grandes benefícios à população de nossa capital. Havia muitos desafios a enfrentar no novo ano, acedeu, mencionando a interdição da ponte de Outeiro, que gerou a necessidade de adotar várias medidas para amenizar o sofrimento dos moradores daquele distrito. Parabenizou o prefeito Edmilson Rodrigues pela concessão do vale-alimentação a todos os servidores municipais, além da equiparação salarial daqueles que recebiam até um salário mínimo e do aumento do valor do tíquete, enfatizando depois que os servidores municipais da Educação receberam o maior abono da história. Com a união de ideias, técnica e amor, nos próximos três anos, avançar-se-ia ainda mais na realização de uma nova Belém construída por todos, vaticinou. O

presidente Bieco agradeceu depois a presença de todos, justificando a ausência do vereador Zeca Pirão, presidente da CMB, por motivo de saúde. Exprimiu sentir-se muito honrado por presidir esta sessão solene, ao lado do prefeito Edmilson Rodrigues, dizendo que, se sua mãe estivesse viva, ficaria muito orgulhosa. Durante a campanha eleitoral de 2012, perdeu sua avó em uma quinta-feira e a enterrou no dia seguinte, mas sua mãe morreu no sábado, e foi muito duro, memorou. Na eleição seguinte, em 2016, perdeu a irmã, falecida aos 35 anos de idade, mas foi vitorioso, chegando a este parlamento. Construiu então um trabalho, conseguindo eleger-se novamente dobrando sua votação, tendo sido terceiro-secretário desta Casa em seu primeiro mandato e ocupando atualmente a vice-presidência deste Poder. Empenhava-se muito para ajudar as pessoas que nele acreditaram e para honrar a Deus, declarou. Os membros deste parlamento tinham compromisso com a população e o prefeito poderia contar com a colaboração de todos, apesar de eventuais divergências, garantiu, pois o essencial consistia em trabalhar por Belém, uma vez que foram eleitos para isso. As vaidades e ideologias deveriam ser deixadas de lado em prol do povo, que acreditava nos vereadores, no prefeito e no governador Hélder Barbalho, preconizou, manifestando confiar no sucesso da parceria entre a PMB e o governo estadual. Pediu a Deus que abençoasse o prefeito Edmilson Rodrigues e seu secretariado para assim cumprirem a missão que lhes fora confiada. As divergências políticas cessavam quando havia consciência das dificuldades enfrentadas pela população em uma época extremamente difícil, marcada pela pandemia, e a união e todos era a chave para superar essa crise, pontificou. Agradeceu aos funcionários desta Casa, particularmente aos servidores do Cerimonial e da Diretoria Legislativa, por atuarem nos bastidores e permitirem o funcionamento deste parlamento. Em seguida, o prefeito Edmilson Rodrigues sugeriu que se homenageasse a falecida mãe do vereador Bieco batizando com o nome dela a feira da Rua dos Mundurucus, dentro do projeto de macrodrenagem do Una. Fez notar a importância de homenagear as pessoas anônimas, mas relevantes dentro das comunidades e na construção dos movimentos sociais em nossa cidade. Agradeceu posteriormente a solidariedade de todos quando fora internado por duas vezes no ano anterior, após contrair a covid-19, passando por uma situação muito grave. Isso acabou salvando muitas vidas, comentou, pois na ocasião foi feita uma campanha de doação de sangue pela *internet* e o Hospital Porto Dias, onde fez sua segunda internação, não conseguiu receber todo o volume doado, que abasteceu o banco de sangue da Fundação Hemopa. Estava presente nesta sessão, saudável, porque houve muita energia, muita oração por sua recuperação, inclusive por parte de todos os profissionais de saúde que o atenderam, atribuiu. Em seguida, o presidente Bieco solicitou que a Banda de Música da Guarda Municipal de Belém executasse o Hino do Município de Belém. Finda esta execução, o presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão, às onze horas e dez minutos. Eu, segundo-secretário, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Vereador Lameira Bittencourt, dia primeiro de fevereiro de 2022.



1ª Secretária



Presidente



2º Secretário